

**IDENTIDADE DE GÊNERO E TRANSEXUALIDADES NA PSICANÁLISE:  
CONFRONTAÇÃO COM O ENIGMA QUE O OUTRO É**

*Helena Palavro Bassol*

*Caroline Flores Zanin*

*Marina Lagunas*

*Joice Cadore Sonego*

**RESUMO**

Em nossa sociedade e cultura, há uma tendência a patologizar as subjetividades que não se inserem nos padrões socialmente construídos. Sendo assim, a sexualidade passou a classificar os indivíduos, fazendo suas práticas sexuais se tornarem identidades subjetivas, e se não houver congruência do sexo biológico do sujeito com o seu gênero, então este fugiria à norma. Logo, determinadas identidades, como as transexualidades, são excluídas e discriminadas pelo medo de que abalem a ordem social, estas identidades como que causando um motim aos estereótipos do ser masculino e feminino. Nesse contexto, para compreender como decorre a constituição do sujeito psíquico, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, partindo-se da teoria freudiana até autores da atualidade, sendo que esses últimos confrontam a enorme diferença existente entre o sexo e a identidade. Assim, salientaram que ambas significações são instâncias distintas, porque a última está a nível social e histórico, como uma concepção de gênero, não sendo biologicamente determinado, podendo, desse modo, discordar do sexo anatômico. Espera-se que o presente estudo possa abrir espaço para novas e mais aprofundadas pesquisas acerca do tema, e sempre pelo viés despatologizante, já que artigos e livros mais antigos apresentam preconceitos e incompreensões em sua literatura.

**Palavras chave:** Transexualidades; Psicanálise; Édipo; Diversidade; Identificação.

**GENDER IDENTITY AND TRANSEXUALITIES IN PSYCHOANALYSIS:  
CONFRONTATION WITH THE PUZZLE THAT THE OTHER IS**

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário da Serra Gaúcha, FSG.

✉ [helenapalavro@hotmail.com](mailto:helenapalavro@hotmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário da Serra Gaúcha, FSG.

✉ [carolfzanin@hotmail.com](mailto:carolfzanin@hotmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário da Serra Gaúcha, FSG.

✉ [lagunas\\_marina@hotmail.com](mailto:lagunas_marina@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade federal do Rio Grande do Sul. ✉ [joice.sonego@fsg.edu.br](mailto:joice.sonego@fsg.edu.br)

## ABSTRACT

In our society and culture, there is a tendency to pathologyze subjectivities that do not fit into socially constructed patterns. Thus, sexuality began to classify individuals, making their sexual practices become subjective identities, and if there is no congruence of the biological sex of the individual with their gender, then this would escape the norm. Therefore, certain identities, such as transexualities, are excluded and discriminated by the fear that they will undermine the social order, these identities causing a mutiny to stereotypes of the male and female. In this context, to understand how the constitution of the psychic subject derives, we have gone a literature narrative review from Freud's theory to current authors, and the latter confront the enormous difference between sex and identity. Thus, they pointed out that both meanings are distinct instances, because the latter is at the social and historical level, as a conception of gender, not being biologically determined, and can thus disagree with the anatomical sex. It is hoped that the present study can make room for new and deeper research on the subject, and always by the depathologizing bias, since older articles and books present prejudices and misunderstandings in their literature.

**Keywords:** Transexualities; Psychoanalysis; Oedipus; Diversity; Identification.

## Introdução

Este artigo visa integrar aspectos sócio-histórico-culturais a respeito do tema das transexualidades na psicanálise, bem como as questões relacionadas à identidade de gênero. Partindo da teoria freudiana até autores da atualidade, busca-se esboçar como decorre a constituição do sujeito psíquico, e as consequências frente a incongruência entre o sexo biológico e o seu gênero, sempre em busca de um olhar despatologizante.

Nesse seguimento, por identificação entende-se, partindo do dicionário de Laplanche e Pontalis (2001), que ela está diretamente relacionada a personalidade, esta última integrando todas as identificações da criança adquiridas com o seu meio, o que vai integrando-a e diferenciando-a como sujeito. Frisa-se, ainda, que a ambivalência sentida pela criança em relação ao pai e a mãe, objetos de amor e de ódio, é parte essencial para elaborar a sua identificação.

Dentro desse cenário, com o intuito de abordar mais profundamente as questões relacionadas à identificação e como essa se sucede, Freud (1923) remeteu-se tanto a questões edípicas, quanto a pré-edípicas. Para isso, partiu da posição de que, inicialmente, as crianças possuem suas catexias ligadas à objetos. Por conseguinte, ao longo do desenvolvimento, essas catexias tem de ser deixadas de lado, a fim de que sejam estabelecidas as identificações da criança para com um dos progenitores, sendo seus efeitos duradouros. Tais efeitos estariam relacionados a fragilidade do ego e pela falta de resistências na criança (Melo, 2016).

Vale ressaltar que a sexualidade, dentro do contexto da psicanálise, sempre será visualizada a nível singular, pois é muito próprio do sujeito que a vivencia, sendo a consequência de todo o desenvolvimento calcado nas identificações, também relacionada ao conflito edípico. É nessa conjuntura que se busca compreender qual foi a forma encontrada pelo indivíduo para solucionar as suas conflitivas psíquicas, tanto reais, quanto imaginárias, a partir do momento que passaram a se apresentar a ele, desde a mais tenra idade (Ceccarelli & Andrade, 2018).

Ao pensar o trabalho psíquico elaborado pelo transexual frente a inconformidade do corpo com o que sente ser, Ceccarelli (2017a, p. 120) especulou que “Tenho hipótese que a solução transexual foi a única resposta possível que o sujeito pôde dar para sobreviver psiquicamente: na cena familiar, o personagem que ele precisa encarnar para constituir-se psiquicamente, não leva em conta o seu sexo anatômico”. Nesse meio, acrescenta-se o gênero, sendo ele uma construção social, não inata, de quem o indivíduo sente que é, e não quem lhe foi designado para ser.

Stoller (1993), que foi o primeiro psicanalista a fazer uso do termo “*gender*” (gênero) durante a construção de sua teoria, acredita que ao tratar questões de extrema importância apenas como “sexo” estaria restringindo-se somente ao orgânico. Contudo, deve ser valorizado

o sentimento identitário, os pensamentos e fantasias construídas no social referentes a masculinidade e feminilidade (Cossi, 2018).

Freud (1923) coloca que masculinidade e feminilidade seriam pontos de chegada, e não pontos de partida, sendo uma construção particular a partir dos processos identificatórios. Masculinidade e feminilidade tem um caráter incerto e difícil de definir, rompendo a realidade anatômica. Tratando-se de convenções culturalmente construídas, cujas significações não tem nada de natural, são resultados de processos muito complexos (Ceccarelli, 2017b). Miranda (2015) coloca que não se nasce mulher, torna-se. Tampouco se nasce homem, é preciso construir-se.

Dessa forma, a partir da concepção de Freud sobre a identificação e a identidade, e de estudos posteriores, Stoller (1982), citado por Melo (2016), vem a confrontar a enorme diferença existente entre o sexo e a identidade. Nessa lógica, salienta que ambas significações são instâncias distintas porque a última está a nível social, como uma concepção de gênero, não sendo biologicamente determinado, podendo, desse modo, discordar do sexo anatômico. Nesse sentido, o pertencimento é a palavra chave que se conecta a identidade de gênero, a ideia de se sentir pertencente a um ou a outro sexo que, segundo Stoller, e reforçado por Soloman (2012), desde muito cedo é percebido, entre os dois e três anos da criança.

Morris, citado por Solomon (2012), coloca que a transexualidade é uma convicção permanente, não uma questão de estilo, preferência ou sexo, e nenhum transexual pensaria ou poderia ser convencido do contrário. Em suma, o subsequente artigo tem por objetivo apresentar as diversas nuances das transexualidades, e expor as possíveis vias de identificação do sujeito no processo de construção de sua subjetividade, a partir do escopo da teoria psicanalítica.

No presente estudo foi realizada uma revisão narrativa da literatura de caráter exploratório e descritivo, acerca da constituição do sujeito psíquico, partindo da dissolução do complexo de Édipo com suas diferentes possibilidades de identificação e investimento. Nesse

contexto, destaca-se a escolha pelo caráter exploratório e descritivo, do presente artigo, visto que a questão da transexualidade é ainda pouco abordada em estudos e pesquisas científicas, o que limita a diminuição dos preconceitos ainda existentes na cultura. Para tal revisão, foram utilizados artigos acadêmicos publicados entre os anos 2013 e 2018, sendo a pesquisa realizada a partir dos descritores “transexualidade”, “Édipo” e “psicanálise”, em diversas plataformas de publicação científica como SciELO, PePSIC e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Além desses materiais, foram consultados livros de autores como Freud, Lacan, Solomon, Ceccarelli e Stoller, bem como o Código de Ética Profissional do Psicólogo, com sua última edição em novembro de 2014 pelo CFP, o CID-10 (Classificação Internacional de Doenças ou Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento, 10ª edição) e o DSM-V (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição).

## **Discussão**

Freud (1923), ao explanar sobre o processo de identificação da criança, que se inicia a partir da sua relação com seus progenitores, debate sobre a temática da constituição bissexual, sendo esta fundamental para o desenvolvimento psíquico. Nesse ponto de vista, esclarece que as características femininas e masculinas estão dentro de cada sujeito, sendo que uma delas se tornará mais preponderante que a outra. Traz-se, então, a concepção de que não é possível afirmar a existência de uma constituição totalmente pura de masculinidade ou de feminilidade, não só pelas características supracitadas, mas também em função da herança genética que é adquirida dos progenitores, englobando, então, aspectos tanto do pai quanto da mãe. O resultado da dissolução edípica se daria, portanto, pela identificação com um ou com o outro. Ambos os sexos teriam interferência neste desfecho, assim, aponta-se a importância da posição inicial de bissexualidade que será responsável pelas vicissitudes posteriores ao Complexo de Édipo. É nesse espaço que se amplia, por exemplo, a identificação com a mãe, ou a identificação

com o pai, a partir de todas essas vivências da criança, da questão transgeracional, do imaginário dos pais, e de como essa criança é falada desde antes de seu nascimento (Freud, 1923).

A noção de bissexualidade psíquica é traduzida pela identificação aos dois sexos, de onde se dariam as referências simbólicas de masculino e feminino a partir da introjeção das figuras parentais. Quando Freud (1923) afirmou que seríamos um “precipitado de identificações” (p. 43), referiu-se ao resultado consciente dos processos inconscientes de identificação, ou seja, é tudo o que o sujeito se refere quando diz “eu”. Dessa forma, é possível afirmar que esse precipitado também marca o Isso, pois são muitos os atravessamentos vindos do externo. Segundo Freud (1923), essa instância que é tenaz, pode ser compreendida como o lugar originário das pulsões, o conceito dirigido a força dos desejos. É o ponto em que o somático e o psíquico se encontram e que acontecem as inscrições das representações do corpo. Posto isto, a parte que mais se aproxima do ego é a que está reprimida e recalcada. Em contrapartida, o Eu se origina no sistema perceptivo e vai até o pré-consciente, que está ligado diretamente aos restos de memória. Formado por esse “precipitado de identificações do mundo”, o Ego possui uma estrutura dual, constituída pelo eu e pelo ideal de eu. Este último, demonstra sua importância por ser a função simbólica capaz de organizar o desejo do sujeito, ou seja, o que ele de fato quer ser (Freud, 1923).

Segundo Ceccarelli (2017a) o termo “identidade” é a tradução de uma vivência íntima do sujeito que dá um sentimento que pode ser enganoso, porém indispensável, de conhecimento de si. “Aquilo que, acreditamos ter ‘certeza’, definimos como ‘identidade’, nada mais é do que o sentimento consciente de uma vivência íntima, relativamente estável durante a vida toda, e que confere a nossa particularidade de sujeito” (Ceccarelli, 2017a, p. 95). Seria uma garantia de que “eu sou eu mesmo e não outra pessoa” (p. 92). O pertencimento ao gênero estaria diretamente ligado a identidade, ser homem ou mulher, sentir-se masculino ou feminino.

“Quando alguém diz “Eu”, encontra-se aí implícito o sexo e o gênero ao qual o sujeito se sente pertencer” (Ceccarelli, 2017a, p. 92).

Contextualizando com o escrito “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, de Freud (1921), no qual é apresentado a identificação como a primeira demonstração da ligação emocional estabelecida com o outro, explana-se que essa decorre antes do Complexo de Édipo. Nesse aspecto, o pequeno menino tomaria o seu pai como o seu modelo, o seu ideal, ao passo que também estaria investindo em um objeto, sendo este a mãe. Dessa forma, “ele mostra duas ligações psicologicamente diferentes: em relação à mãe, um claro investimento sexual de objeto; em relação ao pai, uma identificação que o toma por modelo” (Freud, 1921, p. 99). Sendo este o desenvolvimento “esperado”, ambas situações se encontram, e passam a confrontar-se no complexo edípico.

Adentrando nesse conflito edipiano, repara-se que, antes, o pai era um ideal, e, ao dificultar a passagem do menino à sua mãe, este último começa a enxergá-lo como rival. Nesse contexto, ressalta-se que o processo de identificação desde o início se apresenta como ambíguo, pois ele pode pender ou para o lado da ternura por esse pai, ou pela hostilidade e o desejo de acabar com ele. Porém, em contraponto com esse estereótipo, o menino pode perder essa identificação com o pai, podendo o Complexo sofrer uma inversão, e a identificação antes com ele suscitaria no ato de tomá-lo como objeto de amor. Nesse meio, conclui-se que “apenas se reconhece que a identificação aspira por dar ao próprio eu uma forma semelhante à do outro eu tomado como ‘modelo’” (Freud, 1921, p. 100).

Ainda pensando no caso do menino, Freud (1923) enfatiza que ele pode tanto potencializar a sua identificação, já existente, em relação ao seu pai, ou, por outro lado, criar uma identificação com a sua mãe. Dessa maneira, há uma quebra do paradigma de que o menino apenas se identifica com o pai, e se atrai pela mãe, bem como no caso inverso para a menina.

Com isso, acomoda-se a transexualidade, oportunizando novas possibilidades de se pensar a identificação.

Outro autor a interpelar o conteúdo da identificação é Lacan (1998), que utiliza a metáfora do Estádio do Espelho, em que a criança, a partir dos seis meses de idade, através de seu meio ambiente refletido, passaria a reconhecer sua imagem e seu corpo, diferenciando-se dos Outros e dos objetos em sua imediação, sendo reconhecida também pelo olhar do outro como sujeito singular. Seria então o Estádio do Espelho uma identificação, ou seja, quando o sujeito assume sua imagem, desde antes de sua determinação social, podendo esta imagem discordar de sua realidade.

Aqui pode-se construir uma hipótese acerca das transexualidades, entretanto ressaltando a complexidade da constituição humana. Ceccarelli (2017a) assinala o Estádio do Espelho como uma “fonte de identificações secundárias” (p. 17). Esse autor ainda diferencia identificação primária e secundária, apontando que a primária seria a identificação que a criança tem com seus pais, o que a permitirá colocar-se ao lado dos homens ou das mulheres. Já com esta posição, a criança será reforçada pelas escolhas de objeto nas identificações secundárias, que dirão das relações que o sujeito estabelecerá com masculinidade e feminilidade. Portanto o estádio do espelho seria um resultado do ser masculino ou do ser feminino.

Ceccarelli (2017a) ainda coloca uma nova interpretação, partindo do pressuposto que, na captura narcísica do estádio do espelho, a criança vê a si mesma e deve consentir com sua imagem. Esse psicanalista lança a hipótese de um “momento de hesitação”, ou seja, a criança, a partir do Outro que a olha, tem dificuldade de se reconhecer. Isso se deveria a incapacidade dos pais de fazer o luto da criança imaginada, que já estava presente em seu narcisismo bem antes do encontro do sujeito com o estádio do espelho, sendo um catalizador de conflitos anteriores representados e investidos no corpo do bebê. Ademais, outras particularidades se

fazem presentes no contexto da identificação, assim como o gênero e a sexualidade, intercorrendo à nível cultural e social.

A partir disso, de acordo com Ceccarelli (2017b), na cultura e na maioria dos contextos o sexo, o gênero e a sexualidade são consideradas características “naturais” do ser humano. Nessa circunstância, diferencia-se sexo como a perspectiva biológica das genitálias, gênero como a representação dos papéis sociais de homens e mulheres, e sexualidade como orientação sexual do indivíduo, sendo considerada “normal” a heterossexualidade, pois se embasa na procriação e preservação da espécie.

Segundo Lattanzio e Ribeiro (2017), a definição de sexo seria um dado biológico, e a congruência desde dado biológico com a sexualidade e o gênero passa a ser descrita como normalidade. Assim, a identidade de gênero traçaria uma fronteira entre o que é considerado normal ou patológico. Os mesmos autores apontam que um sujeito, para ser reconhecido, deveria ter uma identidade de gênero coerente com a norma social. Na cultura atual, a heterossexualidade seria a norma, então sexo, gênero e desejo deveriam ajustar-se para seguir esta norma. Logo, determinadas identidades são excluídas e discriminadas.

Entretanto, tal pensamento é de construção histórica e ideológica, no qual, há muito tempo, as sexualidades ditas lícitas e ilícitas vem sendo determinadas por um discurso dominante, além das construções de gênero que incluem as relações de poder, de trabalho e hierarquia social. Estes últimos aspectos já vêm sendo desconstruídos por conta dos crescentes movimentos feministas. A cultura tem uma tendência a patologizar as subjetividades que não se inserem nos padrões socialmente construídos (Ceccarelli & Andrade, 2018). Sendo assim, a sexualidade passou a classificar os indivíduos, fazendo suas práticas sexuais se tornarem identidades subjetivas.

Ceccarelli (2017b), coloca que a sociedade tem a tendência a patologizar as subjetividades que não fazem parte dos padrões sociais e culturalmente construídos,

denominando como desvios as transexualidades, bissexualidades, travestismos e homossexualidades. Essa última tem sua luta pela naturalização há mais tempo; contudo, permanece enfrentando os mesmos preconceitos. Foi apenas recentemente que a transexualidade passou por um movimento de despatologização. O autor ainda coloca que, a partir da escuta psicanalítica de movimentos identificatórios e das dinâmicas pulsionais das identidades trans, sem teorizá-las e classificá-las como desvio, a transexualidade passa a ser entendida como uma das diversas manifestações da sexualidade.

A mudança do termo transexualismo para transexualidade demonstra o recente movimento de despatologização das identidades transexuais. O sufixo “ismo”, em transexualismo, sugere, como foi o caso para homossexualismo, uma conotação patológica. Já em transexualidade, como em homossexualidade, o sufixo “dade” significa “modo de ser”. Outra consideração acerca do termo é que transexualidades no plural é mais adequado, já que representa os diferentes modos de ser dos diferentes sujeitos. A construção de identidade das transexualidades vêm ganhando visibilidade, e as reivindicações dos sujeitos vêm sendo cada vez mais ouvidas, vistas e percebidas, garantindo-lhes maior reconhecimento social, embora ainda haja muito preconceito (Ceccarelli, 2017a).

Outra consideração, conforme Solomon (2012, p. 484), é a de que “O termo “transgênero” é abrangente e se aplica a qualquer pessoa cujo comportamento se distancia de maneira significativa das regras aceitas para o gênero indicado pela anatomia dessa pessoa ao nascer”. Essa afirmação é muito interessante, pois frisa o fator social e cultural, em que aquilo que foge à norma é visto como errado, patológico, portanto, difícil de ser aceito. Essa “discordância” não é uma tentativa de ser aquilo que não é, mas uma forma de expressar o que realmente se sente ser, ao grupo que sente pertencer. Os preconceitos e discriminações ainda se fazem presentes, isso porque não compreendem que há outras formas de demonstrar subjetividade, sexualidade e identidade, mesmo que não seja a mais padronizada na sociedade.

Segundo Ceccarelli (2017a), a forma como o indivíduo vivencia sua sexualidade é resultado das identificações advindas do Complexo de Édipo, anteriormente mencionadas, onde a dinâmica é patologizada pela escolha dos objetos. Sendo cada indivíduo singular, cada sexualidade será singular também. Além dos aspectos intrapsíquicos, a cultura na qual o sujeito nasce também faz parte do processo de subjetivação, integrando o imaginário social que define os atributos de gênero como feminino ou masculino. O ser humano nasce sexualmente indiferenciado, e vem a aprender e colocar-se como macho ou fêmea a partir do Outro (Lacan, 1985). Ceccarelli (2017a) reforça que ninguém nasce sexuado.

Stoller (1975) aponta que a identidade de gênero se daria pela convicção de pertencer a determinado sexo, sendo adquirida, não inata. O autor se contrapõe a Freud ao defender a ideia de que o menino compadeceria para estabelecer sua identidade como um homem, e não a menina. A feminilidade seria inicial por conta da relação materna e, antes mesmo do complexo de Édipo existiria uma outra fase. Nessa etapa, a mãe e o menino estariam em uma simbiose, um só objeto, e a não separação culminaria no sentimento de ser mulher, na transexualidade. Dessa forma, a masculinidade deve ser tratada como uma conquista, o menino precisa ter recursos para se separar da mãe e, finalmente, entrar no Édipo (Cossi, 2018).

Cossi (2018), relata que Stoller, durante seus atendimentos a famílias com filhos transexuais, segue um outro viés e identifica padrões no comportamento destes, tal qual os pais serem passivos na relação familiar, bem como terem um comportamento mais distante, não proporcionando que seu filho entre no complexo edípico, pois ele não se mostrou com um rival. No caso das mães, elas apresentaram uma depressão crônica, além de uma inveja excessiva do pênis. Esse desfecho então se daria no fato do menino não conseguir atravessar a feminilidade primária, fixando-se nela, impedido de avançar para a sua masculinidade. O autor salienta, frente a isso, que o percurso do transexual masculino para ser mulher parece ocorrer longe de adversidades e conflitos, sendo natural.

De toda forma, enquanto a simbiose mãe-filha deve ser mantida, por proporcionar a feminilidade, a simbiose mãe-filho deve ser interrompida pelo pai. Esse movimento irá auxiliar o menino a fazer sua entrada no Complexo de Édipo e a desenvolver sua masculinidade. Assim se daria o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade (Stoller, 1993).

Stoller (1993) complementa que a formação da identidade se dá a partir de três fatores, que são: como acontece o relacionamento entre os pais e os filhos, a forma como a criança percebe e sente o órgão sexual, independente da genitália, e forças biológicas que estão em atuação. Sendo assim, o “núcleo da identidade de gênero” se compõe antes da fase fálica e, após isso, ele dificilmente vai sofrer modificações.

Outra característica da identidade de gênero é que ela seria um comportamento psicologicamente motivado, que se relaciona com a percepção de feminilidade ou masculinidade em um indivíduo, e não diretamente com seu sexo biológico. É em meio a este cenário que o sentido de ser homem ou mulher seria estabelecido (Stoller, 1993). Enaltece-se, também, que a psicosexualidade do indivíduo é uma solução, ou seja, uma formação de compromisso, não uma escolha, como amplamente referido. Pontua-se os aspectos sociais de feminilidade e masculinidade como fator importante da formação do “papel de gênero”. O fato do sujeito ser homem ou mulher já define um lugar reservado a este pela sociedade e que por ele é ocupado. O papel de gênero e a identidade de gênero seriam relativamente estáveis na maioria dos indivíduos, o que não ocorre com alguns sujeitos, incluindo os transexuais, sendo que a psicosexualidade então resultaria dessa interação da identidade de gênero, que é construída, com o sexo, que é inato (Ceccarelli, 2017a).

No enredo do gênero, critica-se o pensamento binário da sociedade, já que não existem apenas dois gêneros opostos ou dois tipos de sexualidade, mas sim uma ampla nuance de maneiras de se identificar e viver sua sexualidade. A linguagem é binária por si só, expressando gênero masculino e feminino, dificultando a compreensão de diferentes conceitos. O sujeito

busca ser simbolicamente reconhecido pela palavra do outro, sendo isso essencial na construção da identidade sexual, onde a criança virá a se tornar homem ou mulher (Ceccarelli, 2017a).

Outro autor com a mesma crítica é Solomon (2012), ressaltando que a sociedade prefere a dualidade das coisas pois esta causaria menos temor. Ou seja, dividindo o homem da mulher, o feminino do masculino, a partir da ideia de que “as ameaças ao gênero são ameaças à ordem social” (p.483). À vista disso, essa cultura se sente ameaçada frente a um público não seguidor de suas concepções. A sociedade, que por vezes trata gênero tal e qual sexo, escancara a sua fragilidade: o medo do que é “incomum”. Esse medo é o que faz com que rejeitem todos que vem com propostas diferentes de existência.

Frente ao exposto, e interpondo o tema da transexualidade, Melo (2016) diferencia alguns autores que teorizaram a problemática. Em seu artigo, cita que lacanianos seguiram um discurso patologizante no que diz respeito ao fenômeno transexual, enquanto que Stoller coloca a transexualidade como uma problemática de identidade sexual, fora dos registros da psicose e da perversão. Um terceiro autor sobre o assunto, Ceccarelli (2017b), apresenta que na contemporaneidade as transexualidades estão presentes em manuais psiquiátricos descritas como “Problemas de Identidade Sexual”.

Nesse espaço, as transexualidades dizem respeito a identidade e existência psíquica do sujeito. Sua identidade sexual não concorda com sua identidade anatômica, trazendo o sentimento de habitar um corpo que não lhe pertence, vivendo assim uma incompatibilidade entre sua anatomia e quem sente ser. Não é algo a ser desfeito, é a compreensão, pura e inexorável, de que o corpo biológico não governa e não comanda o sentimento de ser e de pertencer (Melo, 2016). Lattanzio e Ribeiro (2017) caracterizam a transexualidade como um sentimento intenso de não pertencimento ao sexo anatômico. A temática de gênero é central na vida das pessoas, sendo que o gênero é um termo utilizado para descrever o papel desempenhado na sociedade de acordo com o sexo que o sujeito se identifica. Os autores

também problematizam a inclusão das transexualidades no campo das psicoses, colocando que elas não são um tipo específico de experiência com o corpo, cada sujeito é único, trazendo a sua subjetividade, ou seja, cada caso é um caso.

De acordo com Ceccarelli (2017a) o prefixo “trans” sugere um atravessamento, um corte, como aquele sujeito que escolheria estar de um lado ou de outro, viajando através da sexualidade. Os transexuais experimentam em relação ao seu corpo profunda estranheza e sentimento de mal estar, sentindo que sua identidade sexual contradiz seu sexo anatômico, o referido sentimento de “estar no corpo errado”. Na maioria das pessoas há uma correspondência entre representação psíquica, corpo anatômico e sentimento de identidade sexual, o que não ocorre ao sujeito trans. O que distingue gênero não é o sexo anatômico, o sexo anatômico não garante o gênero, sendo o órgão sexual não determinante para que um sujeito se coloque como homem ou mulher (Ceccarelli, 2017a).

Outra distinção a ser reforçada é entre a direção de investimento e a identificação. Orientação sexual está relacionada à atração erótica, já identidade de gênero refere-se ao sentir-se homem ou mulher. Stoller (1973) separa os dois aspectos da bissexualidade freudiana como biológico e psíquico, sendo a dimensão biológica correspondente ao sexo e a psíquica correspondente ao gênero. Teve como conclusão que o gênero prima sobre o sexo, ou seja, sexo não é determinante de gênero.

Solomon (2012) endossa o tema confirmando que, diferentemente do que muitos acreditam, em caso de crianças transexuais, elas “não estão manifestando sexualidade, estão manifestando gênero. A questão não é com quem elas desejam estar, é quem elas desejam ser” (p. 484). Dentro desse aspecto, ressalta que o gênero é primordial pois caminha concomitante ao autoconhecimento, fazendo parte dele em sua mais tenra construção. Outrossim, faz parte da estruturação da personalidade, compondo a série de identificações com os pais e com o meio social da criança.

Nesta perspectiva, Ceccarelli (2017a) destaca a construção sócio-histórica da feminilidade e da masculinidade, expondo a sexualização de atributos que não tem nenhuma relação natural com sexo, como graça ou coragem, entre muitos outros. Seria impossível chegar a um consenso universal sobre o que é masculino ou feminino. As referências simbólicas do que é cada um e os papéis atribuídos seriam sustentados unicamente pela diferenciação biológica. O mesmo autor ainda pontua que têm ocorrido uma crescente revisão do que é aprendido sobre o que é ser homem ou mulher, e o que se deve fazer diante destes papéis. Abre-se, assim, uma maior compreensão nas construções de identidade, gênero e sexualidade, já que as possibilidades de subjetivação são inúmeras.

Em conformidade com Freud (1905), há um grande engano a respeito da suposta natureza da sexualidade humana por parte da biologia, da religião, da moral, e da opinião popular. Ceccarelli (2017a) menciona aspectos da plasticidade neuronal, como influência do modo como a criança é educada, sendo sempre atualizada, pelo nome que ela recebe, pela maneira como é falada e vista, assim como atesta a teoria pulsional da psicanálise. Nesse sentido, não se nasce psiquicamente menino ou menina. De acordo com o autor, isso seria uma convicção delirante. Masculino e feminino são aparências construídas, máscaras, semblantes, roupas, maquiagens, temperamento; sendo assim, “Sentir-se homem ou mulher é uma questão de, através da cristalização de identificações, encontrar uma identidade” (Miranda, 2015, p.59).

A partir de estudos de Foucault, Ceccarelli (2017b) ressalta o saber sobre a sexualidade de cada momento histórico, sendo este ditado pela igreja ou pelo estado, ou pela ciência. Este suposto saber sustentaria as variações ideológicas vinculadas a ordem política, determinando quais desejos e práticas sexuais seriam consideradas normais ou patológicas. Assim eram e são ditadas as regras da libido e dos prazeres do corpo, e criados os dispositivos da sexualidade. O autor ainda salienta que “as interrogações do transexual relativas a identidade se fazem em um duplo registro: o sexual e o social” (Ceccarelli, 2017a, p. 167).

Mesmo com as mudanças crescentes de perspectiva e atualização das discussões acerca do tema, ainda há uma parcela de psicólogos que discutem sobre a “cura gay”. Ceccarelli (2017a) ressalta que até bem pouco tempo atrás, questões como a homossexualidade geravam grandes discussões entre médicos e psicólogos acerca de “desvios” e tratamentos que eram oferecidos. Tratava-se como doença e ofertava-se uma cura. Atualmente, qualquer profissional ou instituição, inclusive psicanalista, que oferecer algo por essa via, poderá ser processado por homofobia, além de não fazer parte das diretrizes do código de ética do profissional de psicologia, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP (2014). Bulamah e Kupermann (2016) relatam atendimentos de psicanalistas há cerca de 20 anos atrás, em que, apesar do estranhamento e da visão patologizante da transexualidade ainda dominante, respeitavam os pacientes e não generalizavam seus casos.

Desde 2008 é garantida a realização da cirurgia de redesignação de gênero pelo Sistema Único de Saúde, quando foi reconhecido que a “discriminação é determinante no processo de sofrimento e de adoecimento a que estão sujeitos os transexuais” (Ministério da Saúde, 2008). Em fevereiro de 2013, o Ministério da Saúde passou a colocar o nome social do sujeito trans em seu cartão de saúde, em vez de seu nome de batismo, o que garante maior cidadania, dignidade e legitimidade social ao indivíduo.

Atualmente, há uma grande importância em saber sobre o sexo do bebê antes de seu nascimento, indicando o gênero “menino” ou “menina” e trazendo assim já as expectativas dos pais em relação a este sujeito. Ceccarelli (2017a) aponta o processo de atribuição de sexo ao recém-nascido como o início da formação da identidade de gênero, sendo resultado do desenvolvimento do masculino e do feminino em cada um. Nessa sequência, correlacionando ao mesmo autor, a criança transexual teria seu processo identificatório de acordo com a criança imaginada, em detrimento de seu sexo anatômico. Ou seja, sendo o seu gênero já pré-estabelecido. A partir do inconsciente de quem lhe deu vida psíquica e nos fantasmas destes,

entre outros tantos elementos, poderia se decidir o sexo da criança, e esta decisão tem tamanho peso que orientaria seu destino (Ceccarelli, 2017a).

Nesse contexto, a criança elabora a identificação desse corpo, e o representa psiquicamente, a partir daquilo que lhe foi ofertado no convívio familiar (Ceccarelli, 2017a). Além disso, vale ressaltar que os pais passam pelo luto do filho, simbolicamente, quando este se expressa contrário ao seu sexo anatômico, no sentido daquele que antes era, e agora não é mais como eles o conceberam. Essa transformação também afeta muito o progenitor do mesmo sexo da criança, que tem o sentimento de rejeição, uma situação não vivenciada pelo progenitor do sexo oposto (Solomon, 2012).

Ainda nessa conjuntura, o sujeito, desde antes do nascimento é falado de acordo com o seu gênero, formando uma crença fortemente construída que leva a criança a dizer que é menino ou menina. Essa designação se baseia nos dados anatômicos do bebê, que, em seguida, passa a ser referido e tratado de acordo com os atributos de gênero que lhe foram designados. Assim, será comunicado à criança que ele se trata de um menino ou de uma menina, “através de palavras, discurso baseado nos desejos dos pais, seus fantasmas e crenças, pelos presentes que serão dados ao recém-nascido, pelo lugar que ele ocupa na família e na sociedade, etc” (Ceccarelli, 2017a, p. 68). Essa crença será reforçada e confirmada a todo o tempo pelo seu corpo, pela opinião comum e pela sua psicosexualidade. Dessa maneira a criança será inserida, aos poucos, no lugar do qual deve responder, de acordo com o gênero a qual pertence.

Ceccarelli (2017a) enfatiza que tal questão se dá, inicialmente, por intermédio de quem acolhe a criança em sua chegada ao mundo, onde a criança vai adquirir informações acerca de elementos do sistema simbólico da sociedade a qual está inserida, e nos códigos que deverá se submeter como menina ou menino, formando seus comportamentos e condutas de acordo com esta prescrição prévia. De acordo com as palavras do autor, as expectativas em cima da criança estão correlacionadas com “[...] às convenções sociais e as regras de conduta oriundas de um

sistema simbólico onde ela está inserida, sem nenhuma relação com a suposta “natureza” masculina ou feminina”, estando atrelada, então, com a anatomia do seu corpo (Ceccarelli, 2017a, p. 69).

### **Considerações Finais**

De acordo com Freud (1923) o sujeito psíquico é, desde o início, bissexual, ou seja, faz investimento em ambos sentidos. À partir da dissolução do complexo de Édipo, este teria formulado uma identificação com um dos progenitores, em sua função paterna ou na função materna, e priorizaria uma direção de investimento, hetero ou homo erótico. Ressalta ainda que todas as formas de investimento e de identificações são saídas possíveis do complexo de Édipo, não podendo ser considerada nenhuma anormalidade ou patologia diante disto. Cabe também diferenciar sexualidade de gênero, sendo a sexualidade produto do investimento, e o gênero, da identificação. Aponta-se, finalmente, que o conceito de gênero é uma construção social e histórica.

Outra consideração é que Freud, desde sua época, abriu brechas em seu estudo a fim de expor que não existe apenas uma forma de identificação possível. Tanto em seu livro “O ego e o id” (1923), quanto em “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), entrega ao leitor a possibilidade de se pensar em um complexo de Édipo que não faz jus ao mito, ou seja, em que o menino não se identifique com o pai ou a menina não se identifique com a mãe. Assim como Ceccarelli (2017), que vem abordar posteriormente a hipótese de que a possível solução encontrada pelo sujeito trans, a fim de buscar a sua sobrevivência psíquica, de algum modo não levou em consideração qual era o seu sexo biológico. Isso se dá a partir do que cada sujeito possui de recursos para lidar com suas questões psíquicas, englobando o cenário familiar, cultural, social e histórico.

Nos materiais publicados, apresentaram-se uma maior predominância pela configuração homem-mulher, que aqui se refere ao sujeito que nasceu biologicamente homem, mas se identifica como mulher. Sendo pouca a quantidade de material acerca da configuração mulher-homem, que aqui se refere ao sujeito que nasceu biologicamente mulher, mas se identifica como homem. Tal disparidade reflete a falta de estudos em torno da transexualidade feminino-masculino. Isso se mostra aparente também nas produções culturais, podendo-se mencionar os filmes “A Garota Dinamarquesa” (2015) e “Transamérica” (2004) que ilustram o tema. É importante apontar que o filme “A Garota Dinamarquesa” retrata a primeira cirurgia de redesignação sexual, ocorrida na Dinamarca em 1952. Além da Personagem Shopia Buset, da série “Orange Is The new Black”, vivida pela atriz Laverne Cox, que é também transexual fora da ficção, e da personagem Sadie Marks, da série “Good Girls” que vive esta problemática em sua adolescência, interpretada pelo ator Isaiah Stannard, que na vida real também é um menino transexual.

Pode-se mencionar também a cartunista e chargista brasileira Laerte Coutinho, que assumiu a transexualidade aos 57 anos de idade, como importante figura da representatividade transexual. Ressalta-se, assim, a importância da visibilidade e da valorização das diversidades nas produções culturais. Além disso, um aspecto relevante, mas indignante, é que ainda há grande preconceito e desrespeito aos sujeitos trans, refletido pelo receio que o ser-humano tem daquilo que desconhece ou não entende, portanto, acredita-se que o conhecimento pode contribuir para a quebra destes preconceitos e aceitação das diferenças. Outro comentário sobre a temática engloba a respeito das polêmicas ocorridas na última Bienal do Livro do Rio de Janeiro, onde materiais de teor LGBTQ+ teriam sofrido censura. Fato que representa a incompreensão de parte da população, ao mesmo tempo que levanta a reação de revolta, apoio e protestos pela garantia dos direitos de outra parte da população.

Este pequeno recorte da atualidade representa o momento pelo qual o país está passando, um contexto de intolerância crescente com as diversidades. Faz parte das responsabilidades do profissional de psicologia prezar pelos direitos humanos, bem como o reforçado pelo Conselho Federal de Psicologia no código de ética da profissão, em que destaca os princípios fundamentais: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (2014, p. 7). Nessa continuidade, enfatiza-se que os direitos humanos pertencem a qualquer sujeito, independentemente de seu gênero, raça, crença, orientação sexual, escolaridade, etnia, etc., sendo de fundamental significado para a vida do indivíduo, da sociedade e da humanidade.

Aponta-se a escassez de materiais atualizados e originais de autores acerca do tema, tratando-se de um assunto ainda pouco explorado, sendo que a grande prevalência de estudos contemporâneos revisitam os autores clássicos. Para tanto, houve uma maior apresentação de estudos de Ceccarelli (2017a, 2017b), que se debruçou sobre o tema das Transexualidades. Espera-se, com este artigo, suscitar o interesse dos leitores para uma maior produção de estudos e pesquisas teóricas e empíricas acerca do tema, já que a literatura mais antiga apresenta um certo preconceito, por vezes tratando como patologia ou psicose a condição transexual. Esse fato se exemplifica pelo DSM-IV que, publicado em 1994, utilizava o termo “transexualismo”, classificando-o como transtorno de identidade de gênero. O DSM-V (2014), utilizado atualmente, classifica a transexualidade como disforia de gênero.

Apesar da modificação presente no DSM-V, a transexualidade ainda faz parte do quadro de transtornos de identidade de gênero pela Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (CID-10). O CID-10 mantém a nomenclatura “transexualismo” (F64.0), caracterizando como: “Um desejo de viver e ser aceito como um membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio

sexo anatômico e um desejo de se submeter a tratamento hormonal e cirurgia para tornar seu corpo tão congruente quanto possível com o sexo preferido” (CID-10, 1993, p. 210). O novo CID 11, apresentado em 2019, traz como proposta desvincular questões de sexualidade e gênero com transtornos mentais, o documento ainda não traduzido para o português entrará em vigor em 2022.

Sugere-se, dentro desse quadro, maiores pesquisas no campo das cirurgias de redesignação sexual, pois podem ser vistas como forma de tamponar o sofrimento psíquico e simbólico dos sujeitos trans, como resposta para a sua dor simbólica. Na contemporaneidade, perpetua-se a antiga concepção de que tudo pode ser medicalizado, biologizado, transformando a questão psíquica como fonte de tratamento da medicina. O sujeito trans, a partir do discurso dessa ciência, passa a acreditar que apenas lhe falta a mudança do sexo para se sentir completo em sua percepção de si mesmo, porém, a nível simbólico, as angústias e os sofrimentos podem, em alguns casos, não se encerrar frente à cirurgia, podendo gerar maiores conflitivas e dúvidas a respeito de sua subjetividade, identificação, e sentimento de pertencimento que tanto busca alcançar.

Outras sugestões de estudos futuros poderiam se dar no sentido de diminuir a invisibilidade social dos sujeitos trans, além de apontar a importância dos movimentos históricos e sociais, expondo a diversidade de assuntos que o tema gera e a importância de sua maior investigação. Fazem-se necessários mais estudos acerca da discriminação no mercado de trabalho e da dificuldade de pessoas trans ingressarem em um emprego formal. Ademais, que outras pesquisas explorem a influência e a expectativa dos pais, além das percepções e sentimentos destes quando o sujeito fala a respeito de sua identidade, bem como a respeito da transexualidade na infância, em função de que alguns autores apontaram que a criança já se perceberia transexual por volta dos dois ou três anos de idade.

Finaliza-se o presente artigo com um questionamento sobre a colocação de Bulamah e Kuppermann (2016): Os conceitos de homem e mulher são aparentemente intuitivos na sociedade, mas qual sua pertinência?

## Referências

- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-V: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. (2008). Ministério da Saúde. Processo Transexualizador no SUS. *Portaria nº 457*, de 19 de agosto de 2008.
- Bulamah, L. C; & Kupermann, D. (2016). A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais. *Periodicus*, 5(1), 73-85. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i5.17177>
- Ceccarelli, P. R. (2017a). *Transexualidades*. Coleção Clínica Psicanalítica, 3ª edição. São Paulo: Pearson.
- Ceccarelli, P. R. (2017b). Transexualidades e mudanças discursivas. *Estudos em Psicanálise*, 47, 83-90.
- Ceccarelli, P. R; & Andrade, E. L. (2018). O sexual, a sexualidade e suas apresentações na atualidade. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 21(2), 229-250. doi: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n2p229.2>
- Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento – CID-10: *Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. (1993). Coordenação da Organização Mundial da Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Conselho Federal de Psicologia. (2014). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*.
- Cossi, R. K. (2018). Stoller e a psicanálise: Da identidade de gênero ao semblante lacaniano. *Estud. psicanal.*, 49, 31-43.
- Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: O Ego e o Id e outros trabalhos. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- Freud, S. (1923). O Ego e o Id. In: O Ego e o Id e outros trabalhos. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do Eu. In: Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos. Edição: *Obras Completas*, vol. XV. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- Lacan, J. (1998). *O Estádio do Espelho como formador da função do Eu*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Originalmente publicado em 1949.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. Originalmente publicado em 1964.
- Laplanche, J.; & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lattanzio, F. F; & Ribeiro, P. C. (2017). Transexualidade, psicose e feminilidade originária: Entre psicanálise e Teoria Feminista. *Psicologia USP*, 28(1), 72-82. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140085>
- Melo, R. Z. (2016). Quando o Édipo não é o destino: Pensando o fenômeno transexual como possibilidade identificatória e de existência psíquica. *Estudos em Psicanálise*, 45, 149-166.
- Miranda, E. R. (2015). Transexualidade e sexuação: O que pode a psicanálise. *Revista Trivium Est. Interd.*, 1, 52-60. doi: <http://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p52>
- Solomon, A. (2012). *Longe da árvore: Pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Stoller, R. (1973). Faits et hypotheses: un examen du concept freudien de bisexualité. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 7, p. 138.
- Stoller, R. (1975). *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago.
- Stoller, R. (1993). *Masculinidade e feminilidade: Apresentações de gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas.